



**PIXO – O GRITO DA (AV.) BOA ESPERANÇA : A COMUNICAÇÃO COMO
REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS¹**

Sarah Fontenelle Santos²
Glaudson Lima Gomes³

RESUMO

Observamos as pixações inscritas nos muros dos moradores da Av. Boa Esperança, Zona Norte de Teresina, como forma de exercer o direito à comunicação (PERUZZO,2010) em defesa do direito à moradia e à cidade (LEFEBVRE,2001). A Av. Boa Esperança, localizada na região norte onde a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), em parceria com o Banco Mundial, vem implementando o Programa Lagoas do Norte (PLN), projeto de requalificação urbana, em torno das 11 lagoas da região norte da cidade. Para implantação da Segunda Fase do Programa, se prevê a desapropriação de cerca de 210 imóveis para duplicação da avenida. Neste contexto os moradores têm resistido a fim de permanecer em suas moradias, onde desenvolveram laços com a comunidade e a terra que preservam a cultura e a religiosidade de matriz africana onde suas casas são utilizadas para professar a fé e possuem estreitos laços com a mata e com o rio Parnaíba e que as remoções prejudicam essa continuidade como aponta relatório do IPHAN. Assim, o trabalho parte sob o olhar a partir do sul, essa visão teórica “Defende a ‘opção descolonial’ – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013,p. 89). Spivak, *apud* Ballestrin 2013, em seu artigo “Pode o sabalerno falar?”, aponta que este subalterno é aquele cuja a voz não pode ser ouvida e critica a intelectualidade que quer falar em seu nome. Busca-se aliar esta contribuição teórica ao processo histórico da internacionalização das comunicações na América Latina, África e Oriente Médio no contexto de guerras psicológicas e choques de ideologia capitaneadas pelas potências (MATTERLART,1994), bem como sua atual conjuntura de concentração nas mãos de poucas famílias, compreendemos que os gritos inscritos nos muros das cidades comunicam vozes silenciadas. Hoje as corporações transnacionais ainda implementam uma corrida por lucros compensatórios por conta da recessão pós-2008 (MORAES,2013) e em níveis regionais o coronelismo eletrônico (SANTOS, 2006) se encarrega de manter o *status quo* em todo o mapa brasileiro. Se as indústrias culturais seguem retirando o direito à comunicação “podemos considerar a pichação resistiva, fruto da rigidez que imperava no modelo fordista, industrial, assumido e reproduzido pelas sociedades capitalistas” (POSTALI & SILVA, 2014). Assim, oferecem uma possibilidade de tomada de consciência social. Torna-se interessante destacar que os próprios moradores - e não os habituais

¹ Trabalho apresentado no GT **Linguagem, Cultura e Identidade** do II Encontro Nacional sobre Discurso, Identidade e Subjetividade (ENDIS), realizado de 26 a 28 de abril de 2017.

² Professora na Faculdade de Ciência e Tecnologia do Maranhão (Facema), Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Endereço eletrônico: fontenellesarah@gmail.com

³ Advogado do Sindicato dos Docentes do Instituto federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Piauí, Pós-graduando em Direito Tributário pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), membro da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos da OAB-PI. Endereço eletrônico: glaudsonlima@gmail.com.



pixadores/comunicadores que desafiam a cidade na calada da noite – que utilizaram este recurso como um grito de desabafo visto o silenciamento da pauta nos meios de comunicação tradicionais do estado. Ao longo da avenida chama atenção frases como “Firmino (atual prefeito) adoeceu nossos idosos com ameaça de desapropriação”; “A história da Boa Esperança são os moradores”; “Lagoas do Norte para quem?”; “Lagoas da Morte sem os moradores é mentira”.

Palavras-chave: direito à comunicação; direito à moradia; comunicação popular, direito à cidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as inscrições nos muros dos moradores da Av. Boa Esperança, local onde cerca de 2 mil famílias correm o risco de desapropriação para alargamento da avenida, como parte da segunda etapa do Programa Lagoas do Norte. Chama atenção como as pixações se valem de artifício para o exercício do direito à comunicação (PERRUZO, 2010) que por sua vez, buscam os direitos à cidade (HARVEY, 2013) e à moradia. No entanto, também observamos faixas e outras intervenções urbanas artísticas. A metodologia utilizada é a observação participante que estabelece uma relação face a face com os observados (SCHWARTZ & SCHWARTZ *apud* HAGUETE, 1999).

Partindo da compreensão de uma comunicação popular insurgente sob o desejo de romper o silêncio dos povos então colonizados, nos aproximamos dos diálogos propostos a partir das Epistemologias do Sul (QUIJANO, 2005; BALESTRIN, 2013). Buscando romper a lógica do saber eurocentrado, compreende-se a necessidade de pensar rotas que transbordem o ideal modernizador que exclui o protagonismo das populações.

Um Pouco ao Norte

“A cidade não para. A cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce” (Nação Zumbi).

Para compreender o atual momento da comunidade residente na Av. Boa Esperança, em defesa de suas moradias é necessário compreender seu processo histórico e é de lá que fomos buscar essas raízes. Provocados pela comunidade por meio de ofício, o IPHAN disponibilizou o relatório no dia 14 de junho de 2014 o qual relata sobre o posicionamento da



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

comunidade e alguns aspectos sobre o PLN (Programa Lagoas do Norte) a partir do Marco de Reassentamento Involuntário da 2ª Fase do projeto.

Ao discorrer sobre a história da área atingida o relatório relembra que a área fora pertencente aos índios Potis até metade do século XVII (Relatório IPHAN. 2014. p 3. apud CHAVES, 1998, p 161, 162) que se iniciou naquela região em 1760 a cidade de Teresina, com traçado em xadrez no centro a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Também o relatório aborda o histórico do desenvolvimento aplicado a capital piauiense ao dizer que:

A ideia de modernidade que acompanha o nascimento da cidade de Teresina vem, ao longo desse século e meio, sendo implementada de forma autoritária por sucessivos governos, sobretudo desde o período Vargas, em que fica patente o processo de “limpeza” do espaço urbano. As casas de palha que foram se instalando nas proximidades do centro foram destruídas de forma criminosa e afastadas para fora do perímetro da cidade. Nos anos do regime militar, o processo de limpeza urbana é continuado com os investimentos no sistema viário, calçamento, etc., privilegiando a valorização do setor imobiliário e dos segmentos abastados da sociedade da região central, em detrimento dos mais pobres, para os quais o plano diretor previa a construção de moradias populares na região periférica. (IPHAN. RELATÓRIO. p 4. apud MOURA. REIS FILHO. A URBANIZAÇÃO EM TERESINA. 2014. Pp159 – 190.)

Sobre a cidade moderna apontada pelo IPHAN, é possível recorrer à Dussel. Segundo o teórico, o problema fundamental da nossa identidade latino-americana está na oposição à interpretação hegemônica de Modernidade, pois esta se apresenta necessariamente eurocêntrica, porque indica como pontos de partida fenômenos que necessitam de explicações unicamente da Europa para justificar os processos (*apud* ADAMS; MORETTI, 2011). Tomando, como base este pensamento é possível articular a análise dos processos de colonização na cidade à Beira do Rio Poti, junto às comunidades ribeirinhas da Av. Boa Esperança, uma vez que este modelo de cidade tem um modelo hegemônico Europeu, ou seja, não é pensado pelos sujeitos que nela habitam. Ainda destaca-se a colonização pelo fato de se tratar da construção de uma cidade patrocinada pelo Banco Mundial, logo, atendendo os seus interesses, antes de reconhecer a história local.

IPHAN informou que a ocupação da região da Av. Boa Esperança ocorreu a partir de 1960, região ocupada principalmente pelos vaqueiros com permissão dos proprietários das



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

quintas e vacarias da região onde cresceram e ajudaram no desenvolvimento da região que se tornou esses bairros de hoje da zona norte.

Relatório também abordou a necessidade da realização de estudo de impacto ambiental conforme art. 2º da Resolução 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – e define que :

(...) impacto ambiental é qualquer alteração do meio ambiente que direta ou indiretamente afete a saúde, a segurança e o bem-estar da população e as atividades sociais e econômicas (art. 1º). (IPHAN. 2015. p 5.)

Ressalte-se que as comunidades se reconhecem como tradicionais e ribeirinhas, pois há mais 50 anos construíram suas vidas, primeiro com o barro, talhando e modelando nas próprias coxas as telhas que cobririam as casas da elite mafrense. Contradizendo o CONAMA, as atividades com o famoso barro do Poti foram drasticamente afetadas ao longo do rio devido a primeira etapa do PLN. E ainda, as famílias são vazanteiras e pesqueiras com um profundo apego aos modos de viver comunitário camponês, e apesar de já afetadas pelo fluxo da modernização os quintais ainda são ornados de vazantes. Na figura 1, abaixo, é possível ler no muro “50 anos, não são cinquenta 50 dias. Exigimos respeito, Prefeito”, demonstrando o impacto na história.

No que compreende ao patrimônio histórico ressalta-se que a região foi uma área ocupada pelos indígenas e que ainda poderia haver artefatos arqueológicos nas margens das lagoas e do rio Parnaíba, que “o ofício do vaqueiro está em processo de registro como patrimônio cultural brasileiro” o que demonstra a importância da preservação dos mesmos na sua localidade para apresentação das suas narrativas como relatos da história de Teresina. Além da verificação da existência de comunidades tradicionais de terreiros que preservam a cultura e a religiosidade de matriz africana e que apontam que suas casas são utilizadas para professar sua fé e que possuem estreitos laços com a mata e com o rio Parnaíba e que as remoções prejudicam essa continuidade (IPHAN. 2015. p 7).



Fig 1.: ENDIS (Foto: Ronaldo Moura)

Destaca-se também a existência de grupos de capoeira na região e que o ofício dos mestres e a roda são registrados do IPHAN e que devem ser preservados. Assim é uma comunidade com grande expressão cultural e de grande relevância para Teresina. Como expreso no corpo do relatório que esses grupos representam uma “manifestação cultural de grande interesse do ponto de vista da estruturação de uma política de salvaguarda do patrimônio imaterial.”

A comunicação e a cidade: a que (m) será que se destina?

A cidade, este todo disforme, completo em sua incompletude de ser, com suas formas, seus quadradros, grafismos e polinofonias. A cidade é este todo complexo que de um lado se mostra elegantemente clean e do outro lado se mostra aturdidamente caótico. Como então comunicar em um espaço tão polifônico? Sendo este um espaço que delimita lados, a comunicação na cidade obedece ao padrão do sistema capitalista que reúne as condições da produção comunicacional nas mãos de quem pode pagar por ela.

Mas como a comunicação é este instrumento de direito, os setores da sociedade que não podem pagar por ela se arrumam em tentativas mil de (re) existir e ganhar visibilidade na cidade. É o caso de muitas pixações inscritas nos muros. Desta feita, compreendemos que a tinta spray soa como arma nas mãos dos moradores da Av. Boa Esperança clamando por seus direitos à cidade e à moradia, uma vez que sua demanda não configura entre as prioridades a



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

serem denunciadas nos meios de comunicação oficiais e comerciais da cidade. Por direito à comunicação recorreremos às compreensões internacionais.

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. [...] (UNESCO, *Um Mundo e Muitas Vozes*, 1983, p: 288)

Também recorreremos à Perruzo (2010) ao afirmar que o debate sobre o direito à comunicação volta à tona para reafirmar preceitos legais, historicamente conquistados, destacando-se na contestação ao desrespeito aos direitos dos setores mais oprimidos na sociedade. É ela também quem nos afirma que este direito não se restringe apenas no ato de receber informações, característica, aliás, superinflada na sociedade dita da informação, onde muitas vezes o excesso se reduz em uma (in) comunicação impraticável nos termos de efetivar diálogos.

De outro lado, Peruzzo (2010) vai afirmar que direito à comunicação se trata de sair da compreensão do direito individual e ir ao encontro do direito coletivo, direito dos grupos humanos, dos movimentos coletivos e das diversas formas de organização social de interesse público. Além disso, está ligado também ao direito de receber, produzir e gerir esta comunicação, tendo assim as condições materiais e imateriais para garantir tal tarefa.

No entanto, longe ainda estamos de conjugar direitos coletivos. Obedecendo à lógica do sistema-mundo capitalista, a cidade reluz como um grande mercado pronto a fisgar o seu consumidor/interlocutor, sua política e gestão estão voltados para garantir o pleno desenvolvimento deste modelo que conforma um modelo de cidade cada vez mais distante da garantir de direitos. A comunicação neste contexto cumpre seu papel uma vez que seguem a mesma lógica de concentração monopólica ou oligopólica destoando do Artigo 5 da Constituição Federal.

A título de justificar as desesperanças nas indústrias culturais, por parte daqueles que gritam em seus rabiscos, torna-se necessário delinear que na área de radio difusão três conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos atingem 100% do território



ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

brasileiro (CABRAL,2015). Segundo a pesquisadora, dentre os principais conglomerados estão Globo, SBT e Record.

Em nível regional segundo Donos da Mídia, no Piauí atuam somente 3 grupos de comunicação: o Sistema Clube de Comunicação, o Grupo Tajra e o Sistema Integrado Meio Norte. Ressalte-se que o grupo Tajra destacado pelo Donos da Mídia, na verdade, dividem-se em dois, que apesar de controlados por pessoas da mesma família, têm redes diferentes, sendo elas Cidade Verde e TV Antena 10. Ainda segundo o mesmo estudo, o Estado totaliza 10 redes de TV atuando, sendo 3 redes de grupos religiosos. No total, são 139 o número de veículos que produzem comunicação no estado.

Porque insurgem os colonizados: comunicação e contra colonização

Sob o silêncio e a negação de dizer a *sua palavra*, forma-se um Sul Global, sem o qual a modernidade e colonialidade jamais existiriam, tampouco o sistema-mundo vigente. Para falar de comunicação é preciso saber do local de onde se fala e o local de fala de quem diz a palavra, que nem sempre poderá tocar o chão prático das diferentes experiências vivenciadas.

A perspectiva da contra colonização aposta na construção de um conhecimento insurgente, vindos das reivindicações de vozes latino-americanas, africanas e outras, historicamente silenciadas, e que pretendem atualmente construir espaços para dizerem a *sua palavra*. Esta perspectiva vem enunciando, ao mesmo tempo o esquecimento assegurado pelo conhecimento, de base ocidental, colonizado, como parte do processo de opressão aos povos originários e setores populares.

Assumindo variadas contribuições teóricas o Grupo Modernidade/Colonialidade atualiza o pensamento crítico latino-americano e epistêmico, teórico e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013,p. 89). Assim, os estudos em torno do Giro decolonial ou das epistemologias do Sul visam colocar em questão os explorados, oprimidos e subalternos.



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

Para Spivak, *apud* Ballestrin 2013, em seu artigo “Pode o subalterno falar?”, aponta que este subalterno é aquele cuja a voz não pode ser ouvida e critica a intelectualidade que quer falar em seu nome. Ela assim como outros autores aponta fortes críticas ao que se tornou moda, dentre os “pós”, o pós-colonialismo ligados a um pós-modernismo ou pós-estruturalismo. Para ela, é impossível qualquer resistência ocorrer em nome dos subalternos que não seja imbricado no discurso hegemônico. “Nesse caso, o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo” (BALLESTRIN, 2013,p. 93).

É preciso que sejam protagonistas da contra colonização os mesmos sujeitos que sofrem a opressão e tantas vezes nem o sabem. A partir de então, quando florescem em protagonismo, estes sujeitos coletivos criam espaços, estruturas e linguagens de onde possam emanar o *direito de dizer sua palavra*. Insurge dos muros, por meio das pixações um modo de contra colonização que rabisca a história, tecendo direitos embotados. Rasgam a cidade cinza como expressão popular de outros mundos possíveis.

No entanto, este giro contra a colonização dos corpos, das formas, dos dizeres e das culturas, necessita conhecer a história até então distorcida para construção de futuros pedagogicamente calcados em um presente de transformações. Aníbal Quijano (2005) nos provoca a querer aprender a nos libertar do espelho eurocêntrico, onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. Cabe a nós, colonizados, refletir e deixarmos de ser o que não somos. Outra questão importante levantada pelo autor é que o capital como sistema mundial e global só se torna possível com a América e não poderia ter existido de outra maneira, sendo que foi a partir deste eixo que as demais formas foram articuladas como mercado mundial.

Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América (QUIJANO, 2005, p. 10).



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

É precisamente esta força que deve ser desvendada. A força de que foi este Sul Global quem civilizou o mundo e não o contrário, através da força de trabalho, das riquezas materiais e culturais. Desvelar-se junto às suas memórias também é caminho para construir a emancipação que quebra espelhos disformes. Da mesma forma, do local onde surgiu o desenvolvimento da capital de Teresina, estas antes habitadas pelos indígenas Potys, desde a construção da cidade até aqui sentem o poder da colonização que apaga as memórias, os modos de tradicionais de produção e reprodução, seus hábitos e cultura em nome de uma civilização e modernização que anula sujeitos e suas histórias. Esta força contra colonizadora pode ser notada nas inscrições abaixo cumprindo o papel de propagar outra comunicação para alcançar as consciências dos transeuntes.



Fig 2.: ENDIS (Foto: Ronaldo Moura)

Sobre a comunicação e a colonização é válido destacar que desde que os meios de comunicação aportam os países do eixo sul cumprem a demanda de internacionalização do sistema. Destacam-se autores como Mattos (2010) e Matterlart (1994). O primeiro aponta que no Brasil as telecomunicações foram pensadas a partir da Escola de Superior de Guerra (ESG), onde os países tido de Primeiro Mundo utilizavam os meios de comunicação para promover o desenvolvimento nacional em perspectiva ocidentalizada. Já Matterlart (1994) os processos de internacionalização da comunicação em contexto das guerras psicológica e



choques de ideologia, quando os países que disputavam hegemonias igualmente colonizavam comunicação dos países conquistados.

Da análise: das paredes que se expressam

Dizem os muros da cidade de Teresina “Pixo é comunicação” e ainda “Pixo porque existo, você me vê?”. Inscrições comuns que por si só desafiam a lógica da cidade onde a propriedade suplanta e sufoca qualquer direito. Acontece que a cidade capitalista desde a sua formatação progressivamente gestada com a industrialização ia pouco a pouco negando subjetividades caminhando rumo a padronização dos sujeitos. Dizer que pixo é uma comunicação e que ela retira da invisibilidade direitos de existências coletivas é demonstrar como o modelo de cidade que se apresenta nega sujeitos.

De outro lado, desafiando a lógica de criminalização da compreensão do que sejam as intervenções urbanas, Postali e Silva (2014) afirmam que pixações, grafites e estêncil tem a finalidade de comunicar diretamente com o grosso da população. Baseados no teórico Beltrão, os pesquisadores afirmam que estas ferramentas da cidade cumprem as quatro principais funções da comunicação: informar, opinar, fornecer elementos da educação e divertir.

Destaca-se que as inscrições na Av. Boa Esperança recorrem aos mecanismos possíveis e convenientes, como no poema de Leminsky “Na luta todas as armas são bem-vindas, pedras, noites e poemas”. Da mesma forma, a comunidade utiliza várias formas de propagandear a defesa de suas moradias em nome de outro modelo de cidade. Das que aqui destacamos estão as pixações nos muros, as faixas afixadas nas portas das casas e intervenções de artistas. Merece ainda realce o trabalho do fotojornalista e artista urbano Maurício Pokemón, que com o trabalho intitulado “Existências” têm levado a pauta dos moradores para salões de arte do Piauí e de outros estados do país, bem como suas intervenções urbanas já ganharam as ruas de Juiz de Fora (MG), São Paulo (SP) e Curitiba.



ENDIS

ENCONTRO NACIONAL
Discurso, Identidade e Subjetividade

ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI



Fig 3.: ENDIS (Foto: Maurício Pokemón)

As inscrições na cidade desafiam a ordem, a lógica de uma cidade ornamentada nos parâmetros da higienização, estimulam outras consciências a pensar junto, sobretudo, convidam à uma ação coletiva. Para Beltrão *apud* Postali e Silva (2014) as inscrições na cidade “desafiam, estimulam, excitam e incitam os transeuntes à ação” (BELTRÃO *apud* POSTALI; SILVA, p. 27, 2014). Desta forma as inscrições nos muros se tornam uma forma de comunicar com aqueles que só têm como acessar a informações pelos meios de comunicação tradicionais, como Televisão, rádio, portais de notícias, estes nem sempre aptos a divulgar as pautas comunicatórias tomando como base a complexidade e a raiz dos direitos demandados.





ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

Fig 4.: ENDIS (Foto: Ronaldo Moura)

Além disso, servem como uma rede de comunicação popular e comunitária a medida que convida os demais moradores a implementar uma luta coletiva. Demarcar a porta de casa é uma forma de demonstrar solidariedade na luta por direitos coletivos. Como demonstrado na figura 4, os moradores e moradoras demonstram resiliência e coragem em defesa de suas casas. Esta expressão popular coaduna com o pensamento de Beltrão, para quem “incisos e desenhos acompanham as gerações como expressão do pensamento e dos desejos dos menos favorecidos” (BELTRÃO *apud* POSTALI e SILVA, p. 26, 2014).

Desde seus primeiros rabiscos de pixações, munidos de tinta spray, os ativistas urbanos combatiam o modelo de cidade fordista e industrial, deste modo registravam e ainda registram frases para entendimento do público. As frases rápidas e cheias de simbologia na Av. Boa Esperança agem como contra propaganda da política desenvolvimentista e higienista do poder público, massivamente festejada como ideal de cidade a ser construída para Teresina, nos meios de comunicação.

Considerações finais

Como buscamos apresentar, as inscrições (sejam elas pixações ou faixas) e intervenções artísticas que ocupam os muros na Av. Boa Esperança, assumem o compromisso de subverter a lógica da comunicação hegemônica, pondo no lugar e com suas próprias mãos, uma comunicação popular e insurgente. Se de um lado o modelo colonizador insiste em desconstruir e reconstruir a cidade sob os auspícios do capital, é precisamente a força contra colonizadora dos sujeitos que responde à conjuntura a insistir na construção de outra cidade coletiva. Vale citar Harvey, para quem cada sujeito é arquiteto da cidade

A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoas que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos (HARVEY, 2013,p.27).

É também Harvey (2013) quem vai nos dizer que se a cidade não se encontra alinhada aos direitos, então ela precisa ser mudada. Segundo o teórico, este direito não pode se restringir apenas ao direito de ir e vir nas cidades tradicionais, mas ao contrário, só pode ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana, configurando-se como o



direito de mudar a cidade de acordo com o desejo de nossos corações.

A resistência dos Moradores da Av. Boa Esperança em preservar o direito à moradia e à cidade procuram também apresentar à sociedade as condições de alienação, preservação do meio ambiente nas situações comuns de seu cotidiano. Por meio do exercício do direito à comunicação, os moradores se propõe, portanto, como células vivas e motoras na construção de uma cidade contra colonizadora, oposta ao modelo desenvolvimentista e eurocentrada, rasgando em tintas sentimentos e preceitos que impõe às periferias apenas o dever de aceitar a modernização.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo; MORETTI, Chero Zanini. **Pesquisa participativa e educação popular: epistemologias do sul**. Edu.real. Porto Alegre, v.36,n.2,p. 447-443, mai/ago. 2011.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, no11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade**: —Inl: HARVEY,D; MARICATO,E; et al.Cidades rebeldes, São Paulo, Boitempo, 2013, (pag. 27 a 34).

MATTERLART, Armand. **Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias**. trad. Guilherme João de Freitas Teixeira – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MATTOS, Sergio. **História da televisão brasileira – Uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes. 5. ed. rev. ampl. 2010.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos sociais**: Exercício de um direito humano. Rev. Acadêmica da Federação Latinoamericana de faculdades de comunicação social, Diálogos da Comunicação, n 82, setembro-dezembro, 2010.

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleção Sul Sul, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

THÍFANI, Postali; Silva, Paulo Celso. **Da. A pichação e outras inscrições como canal popular de comunicação urbana**. In: Mídia & cidade / Paulo Celso da Silva e Wilton Garcia (organizadores) – Sorocaba: MidCid, 2014.

IPHAN. **Manifestação sobre a 2ª etapa do Programa Lagoas do Norte na comunidade impactada**. Informativo Técnico nº 68 de 2015. Teresina, 2015.



ENDIS 2017
MÍDIA E DEMOCRACIA
DIAS 26,27 E 28 DE ABRIL
TERESINA-PI

ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro 2001.